

“Balanço de pagamentos é condicionador básico”

A situação do balanço de pagamentos é uma restrição básica nesta etapa do desenvolvimento brasileiro, um condicionador importante. Ultimamente, as reservas internacionais do País se tornaram um ponto chave na determinação da política econômica. As perspectivas a curto prazo são, por isso mesmo, difíceis, mas, a médio e longo prazos, “é certo podermos voltar a crescer a taxas elevadas sem as pesadas restrições que ora o balanço de pagamentos representa”.

Essas são as principais conclusões da palestra sobre “Balança comercial e dívida externa brasileira” apresentada no último dia 21 pelo chefe do Departamento Econômico (Depec), do Banco Central, Alberto Sozin Furuguem, na Escola Superior de Guerra. Talvez o ponto mais enfático da conferência tenha sido sobre o peso das reservas na condução da economia. “O nível das reservas cambiais já atingiu o mínimo compatível com a dimensão das transações externas do País. Mesmo com a clara tendência de queda no déficit da balança comercial, observada desde meados do ano passado e perspectiva de obtenção de equilíbrio ou algum superávit este ano, a dimensão do déficit em conta corrente, somada às necessidades decorrentes da amortização da dívida existente, torna necessária a captação de elevados montantes de recursos externos para assegurar níveis mínimos de reservas cambiais”, disse Furuguem. E acres-

centou, pouco depois, que, enquanto o Brasil não puder contar com alguma folga, em termos de reservas internacionais, “torna-se absolutamente imprescindível manter o mesmo tom de política monetária e fiscal”.

Furuguem lembrou, porém, que a política seguida, embora tenha provocado desaceleração da economia com todas suas inevitáveis consequências, “é o menor preço possível”. Qualquer descuido nas contas do balanço de pagamentos “poderia levar a um estrangulamento cambial”. O que seria simplesmente drâmático: “Cessariam os financiamentos e as importações teriam de ser reduzidas violentamente. A recessão econômica e o desemprego poderiam, então, atingir dimensões imprevisíveis”.

O chefe do Depec também considerou como principal responsável pela atual situação das contas do balanço de pagamentos o aumento dos preços do petróleo. Em um exercício de simulação, Furuguem calcula que o Brasil gastou, entre 1973 e 1980, US\$ 28,9 bilhões a mais em função apenas dos aumentos dos preços internacionais do petróleo acima da evolução média dos demais produtos importados pelo País nesses anos. Como nesse período a balança comercial apresentou, sempre a preços de 1980, um déficit acumulado de US\$ 23,7 bilhões, “conclui-se que, não fora a crise do petróleo, o País poderia ter mantido sua tradição superavitária nessa componente do balanço de pagamentos”.